

O meu depoimento (*)

por

JOSÉ JOAQUIM DA COSTA LIMA

Engenheiro Agrónomo, Presidente da Direcção do Instituto do Vinho do Porto

1921 - R.F.

Uma vez, chamado a fazer uma conferência, comecei mais ou menos assim: não sou orador e já fui professor — condições menos recomendáveis para um conferencista.

De facto, o dom da palavra é inato, embora susceptível de ser cultivado. Dom precioso que ajuda o conferencista a manter presa a atenção do seu auditório.

E eu não sou orador.

Para mais, já fui professor. Isto é, tive a preocupação máxima de ensinar, de explicar, de ser claro quando falava. A forma, relegava-a para segundo plano. As repetições, em vez de nocivas, verifiquei serem vantajosas para o fim que buscava. Eram insistências, marteladas, que ajudavam a fixação das ideias expostas, das palavras ditas, do raciocínio desenvolvido.

Repetia-me, pois. E fazia-o consciente e deliberadamente.

Este hábito é, todavia, prejudicial ao conferencista, que deve cuidar da construção da frase, numa linguagem atraente, mas não rebuscada, que prenda pela variedade e leveza e não enfastie os ouvintes.

Mas eu não me tenho na conta de conferencista...

Perdoai-me, Senhores!

No entanto, ousei aceitar o convite para aqui fazer uma conferência — não uma Oração de Sapiência. Fi-lo sem hesitações! e com gosto, que é mais.

Voltar ao Instituto Superior de Agronomia depois de 27 anos de

(*) Conferência realizada na Sala de Actos do Instituto Superior de Agronomia, em 30 de Julho de 1953, integrada na Comemoração do 1.º Centenário da Instituição em Portugal do Ensino Superior Agrícola.

afastamento; voltar, para falar perante uma assistência onde encontro antigos alunos meus; voltar, não podendo furtar-me às recordações dos melhores tempos da minha vida profissional... Que alegria! Creiam: que íntima satisfação!

Os rapazes de hoje, poderão não me compreender. Não os inculpo, não lhes levo a mal.

Eles ignoram que me dei por completo ao ensino e à investigação científica (bem modesta por sinal) durante os fugidios anos que por aqui passei. Eles ignoram as deferências e os carinhos que o Conselho Escolar sempre me dispensou; e certamente não chegou até eles o conhecimento da lhanza de trato que me ligava aos estudantes desta Casa. Vinham até mim como a um irmão mais velho, certos de que me encontravam, pronto, a ouvi-los, no meu gabinete de trabalho, desde as 8 horas da manhã às 8 horas da noite... confiantes, por vezes irreverentes, mas sempre amigos!

Que saudades!

Saudades desse tempo, deste edifício, dos terrenos da Tapada, dos meus professores de então — e dos meus alunos!

Terão compreendido agora, os estudantes de hoje, quais os fundamentos da minha emoção?

Eis porque agradeço ao muito digno Conselho Escolar do Instituto Superior de Agronomia o ter-me proporcionado estes momentos de regresso à Casa-Mãe, embora regresso fortuito e a título excepcional.

Muito obrigado.

★

Meus Senhores:

A Agricultura é uma Arte; a Agronomia, um conjunto de conhecimentos científicos que regem essa Arte.

Os diplomados pela nossa Escola devem sair daqui apetrechados, pelo estudo, com as armas que a Agronomia lhes faculta. Mas, para delas tirarem partido, necessário se torna que as manejem com perícia, ou seja, com saber, oportunidade e jeito.

Que pretendo eu dizer com isto? Vou explicar-me.

Com saber — isto é, com perfeito conhecimento da ciência agrônoma na parte aplicável.

Com oportunidade — porquanto, em Agricultura, o sentido das oportunidades é indispensável na maior parte senão em todos os casos

que se nos deparam. Poderíamos até definir a Agricultura como a Indústria das oportunidades.

Com jeito — porque... (ainda agora o disse) a Agricultura é uma Arte, e a verdade é que nem todos nascemos artistas...

É, pois, de admitir que haja agrónomos, embora sabedores, que sejam maus agricultores; e o facto nada tem, em si, de extraordinário ou de censurável.

Como que se esquecendo de que se adquirem conhecimentos práticos de agricultura neste Instituto, houve, e creio que há ainda, quem defenda a obrigatoriedade de um estágio de exploração agrícola, ou antes, ou depois dos estudos de agronomia — para se imbuirem do clima agrícola, dizem, sem o que jamais poderão ser bons agrónomos.

Em minha opinião, há aqui um equívoco: o de se supor que o agrónomo deverá ser sempre um bom agricultor.

Um agrónomo ilustrado, sabedor e estudioso, pode não ter o tal sentido das oportunidades — e tanto basta, para que falhe, por completo, como agricultor.

Mas terá porventura algum interesse social um agrónomo assim? Sem a menor dúvida respondo afirmativamente.

Quer no estudo de solos e climas, quer nas ciências biológicas de pura investigação científica, quer nas especialidades de máquinas ou de construções agrícolas, quer nos ramos de hidráulica ou de economia, quer na química agrícola, quer na função de apoio, de valiosíssimo apoio, na técnica das culturas, o diplomado, sabedor e consciencioso, poderá ser sempre um valor positivo, de primordial utilidade para o progresso da agricultura portuguesa muito embora não seja, propriamente ele, um agricultor — até ousarei adiantar: mesmo que ele não tenha as qualidades precisas para o ser.

Vendo as coisas assim, é claro que considero o agrónomo, recentemente diplomado, como um valor social em potência. Ele vale, não pelo curso que tirou, mas sim pelo uso que dele fará.

E, aqui, cabe pôr-se a questão das vocações.

Das vocações! E olha-se tão pouco a isso!

Homem já batido na vida parece que deveria ter dito antes — das colocações... Das colocações e dos vencimentos...

Triste era a nossa, em que se deu um tal valor ao diploma que certos alunos, como soldados aguerridos, nele vêem o próprio reduto fortificado a conquistar, fim último de todos os seus esforços — esse diploma, que despido de qualquer outro predicado, já tem servido de estorvo

a que um indivíduo encartado se disponha a ganhar, modesta e honradamente, o pão nosso de cada dia...

O valor do diploma!

Mas já pensastes vós, estudantes que me escutais, o que representa, de facto, o diploma que nesta Escola procurais?

Com a rude franqueza que me caracteriza direi simplesmente: — *responsabilidade*.

Notai: antes de terdes o diploma, estais naturalmente desculpados quando algum erro tiverdes cometido — «pois não tem curso...» E se-reis louvados quando vos sairdes bem da empresa — «e não tem curso!»

Pelo contrário, quando, já diplomados, houverdes feito trabalho sério, ninguém vos exaltará: «pois ele tem curso...» Mas se a infelicidade vos atingir logo se insurgirão contra vós: «parece impossível! e foi obra de um diplomado!»

Eis o que dirão.

É que, a sociedade, na vida real em que somos chamados a participar, pouco se interessa pelos cursos em si, mas sim pelas competências.

Não nego que o diploma sirva para se ajuizar da competência de quem o possui, mas num grau muito relativo.

Falei-vos da sociedade em que vivemos. Não vos falei da burocracia oficial. Neste sector, o caso é diferente e, por vezes até, se apresenta às avessas: o diploma, o diploma é que interessa. Sem diploma, nada. Mesmo que a competência seja muita, se não tiver diploma, é zero.

Eu falo na generalidade.

Bem sei que o Estado tem de se regular por normas administrativas e disciplinares. Normas geométricas, rígidas, impessoais. A liberdade na escolha transformar-se-ia em arbítrio. E sob a pressão do empenho, motivo de gravosas injustiças.

Nos departamentos oficiais terá que ser assim — melhor, tem que ser assim.

Mas não se tome tal sistema por modelo para a nossa vida particular. Essa hipertrofia no conceito do valor profissional do indivíduo tão somente medido pelo diploma, que não seja motivo de exageros e que se não alargue, pelo exemplo do Estado (se não até pela sua influência) à grande massa do povo português trabalhador.

O técnico é que tem de valorizar o diploma; não é o diploma que valoriza o técnico.

Este o meu pensar.

Quis com estas palavras, exaltar o mérito social do profissional

competente; e de forma alguma apoucar o dos diplomados. Seria bater em mim próprio.

Como assegurarmo-nos, então, da real competência de um técnico?

Pelas obras se julga o obreiro — como pelos seres criados se chega ao conhecimento do Criador. É preceito antigo, ortodoxo, sempre actual.

A carta de curso, pela classificação final que nela figura, já nos dá uma ideia do merecimento do seu possuidor. Mas não é tudo; é mesmo bastante pouco.

Convençam-se os rapazes de hoje que jamais um diplomado distinguido e acreditado pelos seus méritos se deu por satisfeito com o saber adquirido neste Instituto.

Se é verdade que aqui nos enriquecemos com uns tantos conhecimentos, não é menos verdadeiro que nesta Escola, (como em todas as demais, aliás) se aprende, sobretudo, a estudar. Findo o curso, haverá que prosseguir no estudo, afincadamente, segundo a vocação de cada um.

O diploma, longe de ser um fim que se busca é antes um marco a assinalar o começo de uma era nova que, sem deixar de ser de utilidade para o indivíduo, deverá sê-lo principalmente para a sociedade de que faz parte.

Se queremos que o meio social em que vivemos nos acolha, nos aprecie, nos distinga, nos recompense, é evidente que nos cumpre dar a esse mesmo meio social o melhor do nosso esforço, da nossa inteligência, do nosso saber.

Só assim teremos cumprido, honestamente, o nosso dever profissional.

*

Admitamos agora que foi com tais propósitos que entramos na profissão.

Somos engenheiros-agrónomos.

Só os engenheiros-agrónomos entre os técnicos com curso superior poderão ocupar-se de assuntos relacionados com a Agricultura?

Há quem pense que sim. A defesa da classe! A solidariedade profissional! A concorrência perigosa de diplomados por outras Escolas!

Rapazes — e, já agora, Colegas meus: permiti que aborde sem receio este tema, melindroso para os tímidos, mas que só ganha, a meu ver, em ser tratado rasgadamente e com franqueza.

A vida da Nação quer competências — venham elas donde vierem. Sobejam os exemplos de estrangeiros chamados a ocupar lugares de

relevo entre nós. Choffat, Otto Klein, Mastbaum, Lepierre, Gossweiler, trabalharam muito e bem, e nenhum português se sentiu por isso diminuído.

Em 1918, no consulado de Sidónio Pais, o ensino de agronomia sofreu benéfica reforma. Quereis ser engenheiros? perguntou. Então, forçoso é que o vosso curso compreenda, com o devido desenvolvimento, as cadeiras basilares de engenharia.

Foi nesse tempo — em meu tempo de estudante — que vi desdobrada uma cadeira de Matemáticas Gerais em duas cadeiras, uma de Álgebra e outra de Cálculo. E só faz bem recordar que foi nessa ocasião que entraram para professores desta Escola individualidades da categoria intelectual e moral dos Profs. Victor Hugo de Lemos e Eng.º Trigo de Moraes — que não eram agrónomos.

Estas considerações já fazem prever qual seja a minha resposta perante aquelas mesquinhas apreensões de certos elementos da classe.

Sejamos largos, desempoeirados.

Aceitemos, corajosamente, a concorrência, que só pode trazer benefícios à Nação.

Obriguetos, pela nossa conduta, pelo nosso exemplo, os diplomados por outras Eccolas de Ensino Superior a procederem de modo igual para connosco, engenheiros-agrónomos.

Que a reciprocidade de trato nos irmane, sem egoísmos estreitos ou ressaibos de partido, de seita ou de cor.

E, assim, não nos preocupemos com uma pseudo-defesa profissional, que só nos enquista e apouca; antes procuremos a colaboração estranha, todas as vezes que nos possa ser útil.

Por exemplo, não fui compreendido por uns tantos, quando, como Director do Instituto do Vinho do Porto, admiti, em 1936, como analistas-investigadores, para a secção de química enológica, além de agrónomos, diplomados em medicina, em farmácia e em ciências físico-químicas. Todos técnicos abalizados, que muito contribuíram para a obra científica do Instituto que dirijo.

Uma colaboração nestes moldes, gera uma natural emulação, só proveitosa para os serviços. Vindos de meios universitários diversos, traziam, naturalmente, bagagem científica e métodos de estudo diferentes. Mas, quem procura a verdade, quem se dedica à investigação, só lucra com esses embates. E dá-nos alento a prosseguir dentro de uma orientação assim, e a recomendar que se adopte, sempre que possível, um tal critério, o facto de catedráticos nacionais e estrangeiros de diferentes Faculdades se não cansarem de tecer os maiores elogios ao saber

e aos trabalhos científicos efectuados pelos engenheiros-agrónomos que tanto se têm distinguido e afirmado dentro do Instituto do Vinho do Porto.

Não será esta a melhor forma de uma classe se ver exaltada, quando o é por categorizados membros de outras, que a prestigiam nos seus componentes?

Aceitemos a concorrência. Mas, para tanto, não há que discorrer sobre diplomas, mas sim que estudar, que trabalhar, que lutar — até vencer.

Estudantes: fazei um cuidadoso exame de consciência, em procura da vossa vocação. A complexidade do curso é tal que há lugar para meditação reflectida.

Colegas novos: não vos disperseis. Haja perseverança no vosso trabalho, porquanto, se a ele vos houverdes apegado com afincos, segundo a vossa vocação, suportá-lo-eis incomparavelmente melhor. Ouso mesmo dizer que o seu peso não oprime, pois tudo que se faz com amor, não cansa.



Meus Senhores:

Estas reflexões deontológicas carecem de ser completadas, sob risco de vir a ser falseado o meu pensamento.

Se o técnico tem obrigações para com a sociedade, como homem deve estar atento aos deveres familiares. Sempre entendi que estes se deviam antepor àquelas.

A Família, célula viva da sociedade, e, de um modo particular, da sociedade cristã, cumpre que seja alvo dos mais desvelados cuidados quer por parte do indivíduo quer por parte da organização social a que pertence.

Tatearam-se os primeiros passos, com a instituição dos abonos de família e outras medidas de previdência social. Mas que longo caminho teremos de percorrer ainda antes de alcançar uma situação de maior equidade e mais perfeita organização!

O problema familiar, quero dizer, a posição do engenheiro-agrónomo perante os encargos de família, não deixará nunca de exercer uma influência preponderante nas suas decisões de feição profissional.

Eis outra conclusão que ninguém deverá ignorar, mormente os chefes responsáveis, os dirigentes, quem quer que sejam.

Perdem-se muitas vezes vocações, ou para o ensino ou para a

investigação científica, em consequência dos deveres primeiros do homem para com a família. E quem perde é a sociedade.

Outras vezes, o profissional entregou-se totalmente à sua vocação, com sacrifício do bem-estar familiar. E, quem perde ainda, é a sociedade.

No entanto, é frequente ver-se um técnico, enveredado pelo bom caminho profissional, não lhe dar todo o rendimento de que era capaz, porque precisou de se ocupar de outros afazeres, para arredondar a conta, para melhor suportar os encargos de família. E, agora, como sempre, quem perde? — a sociedade!

Meus Senhores:

De um modo geral sou contrário às acumulações. Mas paralelamente, sempre me bati por uma mais justa remuneração do trabalho.

Eis como, na esteira dos deveres de profissão, topamos, sem dar por isso, com os direitos que lhes estão adstritos.

E, o primeiro, é o de trabalhar — quero dizer, de trabalhar dentro da profissão.

Se assim não fosse, para quê tantas canseiras em tirar um curso, longo e dispendioso?

Infelizmente, há que reconhecer que atingimos já a zona perigosa em que se situa o desemprego dos intelectuais, ou, se preferirem, dos diplomados com cursos superiores.

Tenho para mim (e em boa companhia me encontro) que não há homem mais nocivo do que o intelectual que busca e não encontra trabalho.

Fácilmente se compreende a sua revolta contra a sociedade em que vivemos, a qual será tanto mais violenta quanto maiores hajam sido os sacrifícios feitos para a sua valorização profissional.

É bem mais dolorosa a posição do diplomado, com 22, 23 ou 24 anos de idade, que se afadiga na procura de ocupação, depois de se ter esforçado pelo estudo por se tornar um elemento útil na sociedade, do que a do adolescente, que precisa de se colocar para prover ao seu sustento, ou ao dos seus.

O diplomado, sem emprego, precisado de pão para a boca mas com a cabeça cheia de ideal, se vê esboroar-se o castelo das suas ilusões, naturalmente reage, revoltando-se.

Porque o não acolhe a sociedade? incompetência dos mais velhos? egoísmo destes? — Ou, tê-lo-iam iludido? não haveria de facto lugar para ele?

Eis o drama!

E não me digam que trago aqui à teia exemplos de casos excepcionais.

Bem sabeis que a verdade é outra. Muitos são os diplomados por Escolas Superiores que demandam emprego e que, infelizmente, não conseguem colocar-se.

Este problema é de suma importância — e há que o ter bem presente.

Solução, adentro do território metropolitano, vislumbra-se, para os nossos diplomados, nas sugestões frequentemente feitas no sentido de se criarem os lugares de agrónomos municipais. Uma medida dessas, por demasiado geométrica e simplista, tenho-a por imperfeita.

Mas se há médicos e veterinários municipais, porque é que se há-de rejeitar a ideia dos agrónomos municipais? porquê uma resposta negativa, sem mais, desacompanhada de uma ideia afirmativa?

Foi há 26 anos que num escrito de divulgação contei o que se passava na Itália com as Cátedras Ambulantes de Agricultura.

Nascidas da iniciativa particular, bem acolhidas pelas instâncias oficiais, vieram a receber destas protecção e auxílio sempre crescentes. Aos poucos e poucos foi-se desenvolvendo a rede de tais instituições. Elas tinham por base, uma sede. Ali se faziam ensaios de aplicação de modernos métodos de cultura, melhor, de exploração da terra, e dali irradiavam os preceitos que convinha difundir. Não se tratava de Postos Agrários como os nossos, estáticos, que dispõem de pouco pessoal; mas sim de pequenos mas eficientes centros de divulgação e assistência agrícola, onde um grupo de técnicos se concentrava para estudo e ensaio, mas donde igualmente partiam para prestar um apoio eficiente, prático, com o fim de resolver pequenos (ou grandes) problemas de exploração agrícola particular, ensinando, ou aconselhando qual o caminho a seguir para se chegar a obter a resposta mais conveniente aos anseios dos lavradores.

Eram Escolas móveis, bem móveis, pela constante mobilidade dos seus técnicos; que, no entanto, se movimentavam à volta de uma base fixa, a sede da Cátedra Ambulante, onde se faziam experiências e ensaios e se mantinham ao corrente de todas as novidades ou progressos agronómicos aplicáveis à agricultura.

Por esta forma, a ser adoptada entre nós, já se me afigura possível não só assegurar à lavoura portuguesa a assistência agronómica de que carece mas também dar emprego útil e capaz a muitos agrónomos que procuram onde trabalhar.

Também não podemos ignorar o grandioso Plano de Fomento, nem deixar de ter presente o notabilíssimo discurso de Sua Excelência o Pre-

sidente do Conselho sobre os seus «princípios e pressupostos». É de impressionar o elucidativo documentário reunido na Exposição do Palácio Foz. Somos obrigados a confiar no desenvolvimento constante, seguro e assegurado, da nossa economia nacional, para dar trabalho a uma população sempre crescente, para facilitar, portanto, o aproveitamento de um número cada vez mais elevado de diplomados.

Louvemos, pois, tudo o que já se tem feito para o engrandecimento de Portugal. E, no caso sujeito, muito especialmente todos os esforços no sentido de engrossar a corrente migratória da gente lusa. Essa, a solução para o nosso excedente demográfico que se me afigura mais inteligente, por estar de harmonia com as nossas possibilidades e as nossas tradições.

Todavia...

(Meus Senhores: Não quero que me tomem por pessimista. Eu creio, firmemente, na capacidade governativa dos nossos dirigentes. Mas há sempre lugar para uma achega, venha ela de pessoa bem intencionada, com propósitos construtivos. Assim, prossigo).

As minhas reticências derivam do facto de se me afigurar ter havido um desequilíbrio entre o desenvolvimento populacional das nossas Escolas de Ensino Superior e o desenvolvimento interno da nossa economia bem como das correntes migratórias que se têm fomentado.

Esse desequilíbrio não provirá de uma falta de coordenação entre serviços distintos da nossa administração pública? Entre serviços aparentemente distintos mas intimamente ligados pelo seu objectivo final?

Parece que sim.

Entretanto, se não for possível estimular expandindo e apressando a nossa emigração, devidamente acautelada e protegida como está sendo e, também, se não se puder dar um maior desenvolvimento à assistência técnica agronómica tão necessária ao progresso da agricultura portuguesa, então, somos forçados a aceitar, para restabelecer o equilíbrio perdido, as restrições atinentes à limitação artificial da população discente.

E o problema é igual para os diplomados pelas demais Escolas de Ensino Superior.

Entre dois males, o menor.

Prefiro que o problema do desemprego se situe no nível dos 12 aos 16 anos de idade do que no dos indivíduos de mais de 20 anos, porque tenho este, como disse, por muito mais perigoso e aquele por muito mais fácil de resolver.

Falar, neste lugar, de restrições à frequência escolar parece heresia.

Prouvera a Deus que as minhas considerações não fossem applicáveis aos diplomados em Agronomia!

No entanto, pelo que nos respeita, vê-se que ao alargamento das dependências desta Casa e ao aumento do seu Corpo Docente, correspondeu um acréscimo incomparavelmente maior no número dos estudantes.

Bem por certo, no meio escolar, já terá sido posto o dilema: ou aumentarem-se as instalações, bem como o número dos professores desta Escola, ou limitar-se a matrícula dos estudantes.

Não creio, meus Senhores, que, por agora, haja lugar para o dilema. Antes houvesse!

Infelizmente, na hora que passa, temos diplomados a mais. Não é uma hipótese. É um facto.

Por benevolência dos Mestres? Por serem em extremo fáceis os programas de ensino? Penso que não.

Todavia, será bom lembrar que numa das conclusões aprovadas, por aclamação, no recente Congresso Universitário Católico, efectuado em Lisboa no passado mês de Abril, se diz, textualmente:

«Reconhece-se a necessidade do exame de admissão, indispensável para seleccionar os candidatos à Universidade. Importa, porém, que, de mera verificação de escolaridade, ele se transforme em elemento que permita aferir com segurança a vocação universitária dos candidatos».

Tais exames de admissão já dificultariam o acesso às Escolas Superiores, por adequada selecção. Mas se tivéssemos de acabar por reconhecer que, mesmo assim, se não viria a reduzir o número exagerado de diplomados, afigura-se-me que uma medida drástica se imporia de momento: — a limitação das matrículas.

Como se trata de uma arbitrariedade, qualquer critério que se adopte não poderá furtar-se a ter o seu quê de arbitrário.

Para os materialistas puros, não é solução que arrepie. Pois não estamos nós, no mundo de hoje, afogados em restrições de toda a ordem? Que importa, portanto, restrição a mais ou restrição a menos?

Então, no Douro, onde se poderiam produzir para cima de 120 mil pipas de Vinho do Porto, anualmente, também se não restringe a 1/4 ou a 1/5 as autorizações de benefício? E para quê? Para se manter o equilíbrio entre a produção e o consumo — embora com manifesto prejuizo para a economia regional e irrecuperável perda de riqueza nacional.

Que há de extraordinário, pois, na limitação de matrículas, se essa limitação de há muito já foi posta em prática nas escolas militares e navais?

E não se adopta o critério do *numerus clausus* em certas escolas estrangeiras de ensino superior que habilitam para o exercício de profissões liberais?

Para mim, que de longe me habituei a colocar a vida espiritual do homem muito acima da sua vida material, confrage-me ter de reconhecer nessa medida — nessa amputação — a forma de resolver a dificuldade.

Por agora, não vejo outra.

Entrementes, acalentemos a esperança, fundamentada de sobejo, de que a execução do Plano de Fomento nos levará a uma tal melhoria sobre a situação presente que nos permitiria subir dentro em breve ao *numerus clausus*, que agora houvesse sido fixado, ou a suprimi-lo até.

Como coadjuvante para a resolução do problema do desemprego dos diplomados, temos actualmente as determinações legais que proíbem, ou dificultam, as acumulações.

Está certo. Certíssimo.

Não cabe fazer aqui a crítica daquelas disposições na parte que respeita à forma por que a Lei vem sendo aplicada. Tudo que vem do homem participa da imperfeição inerente à própria condição humana. Os abusos, as imperfeições, não são de hoje — são de sempre.

Mas os princípios estão certos. Enalteçamos os princípios.

Agora, há outro aspecto da questão das acumulações que não resisto à tentação de vir com ele a terreiro.

Quero referir-me à acumulação das funções de professor e de investigador.

Para mim, tenho que ao Professor catedrático cabe ser um estudante crónico. Normalmente, quem estuda, investiga. Podem distinguir-se nele as funções didácticas, quando ensina, das funções de estudo, sempre que investiga. Mas, estas duas funções, cumpre que se reunam na pessoa do Professor, que o seja de verdade, que tenha para tanto verdadeira vocação, que dignifique o seu cargo, que conquiste o respeito dos seus alunos.

Por outro lado, não concebo que um investigador não possa roubar 3 horas por semana aos seus trabalhos de investigação científica para dar as suas aulas.

Nem todos os investigadores possuirão os requisitos necessários

para ser óptimos professores? De bom grado o reconheço. Mas alguns há que o poderiam ser, que muito conviria que o fossem.

Assim, lamento, em reforço do meu asserto, que o Prof. António Câmara não illustre o ensino desta Casa. Decididamente, ninguém me poderá convencer de que houvesse o menor prejuízo numa tal acumulação!

Meus Senhores:

Ao direito de trabalhar, dentro da profissão, estão intimamente ligados os meios indispensáveis para tanto.

Longe de mim o propósito de desenvolver este tema em face da diversidade de situações em que o engenheiro-agrónomo terá de agir.

Antes pelo contrário. Penso que é de maior proveito salientar o facto de ser frequente o técnico desculpar-se porque... lhe não são dados os necessários meios de trabalho.

E é aqui que, por vezes, os méritos pessoais de cada um melhor se revelam!

Jamais me esquecerei de uma bem curta troca de palavras que tive, quando quintanista, com o eminente Professor D. António Xavier Pereira Coutinho.

A Escola estava-se, então, apetrechando, pois o ensino de agronomia na Tapada da Ajuda havia-se iniciado uns dois anos antes, apenas. Não sei como, a conversa cái sobre a apreciação das nossas novas instalações. E eu digo: — «falta-nos ainda muita coisa; não dispomos dos meios necessários para trabalhar!» — E era certo. Não havia electricidade; os laboratórios, carecidos de aparelhagem adequada; os gabinetes, deficientíssimos de mobiliário... — Mas, o grande Mestre e Educador Pereira Coutinho, corta-me cerce, e diz com o seu ar sacudido: «Ora, ora! quem quer trabalhar encontra sempre maneira de o fazer. Não havendo secretária, pega-se num caixote, põe-se de fundo para o ar — e pronto!».

Nunca me esqueci desta grande lição! «Para quem quer trabalhar...».

E eu queria trabalhar!

Um ano volvido, encontrava-me já como assistente da cadeira de Arboricultura. Os estudos e os trabalhos de investigação em que ocupava o melhor do meu tempo eram de pura botânica aplicada, aplicada às espécies arbóreas cuja fisiologia desejava conhecer a fundo. Dedi-

quei-me, então, muito a histologia. Todavia... faltavam-me os tais meios de trabalho!

Micrótomos, só uns modestíssimos micrótomos Ranvier. Os cortes, cumpria que fossem feitos com navalhas apropriadas, planas em uma das faces. Mas não as havia! E eu era forçado a fazê-los com uma navalha de enxertia!!

As minhas dificuldades!

Mas eis que entra no meu gabinete de trabalho o querido Mestre, o venerando Prof. Filipe de Figueiredo. Vem ver o que eu estava a fazer. Interessava-se por isso, pois ele próprio já se dedicara aos estudos de histologia vegetal. E quando dá comigo a praticar cortes histológicos servindo-me de uma navalha de enxertia, entusiasma-se: «assim é que é!» e incita-me a prosseguir, afirmando que o mérito era tanto maior quanto maiores as dificuldades que eu encontrava em as vencer!

E, perante a boa-vontade manifestada, não tardou que arranjassem verba e me dessem uma verdadeira navalha de histologia!...

Que a falta de meios de trabalho não sirva de pretexto à indolência, antes aproveitemo-la para demonstrarmos as nossas faculdades de iniciativa e de engenho.

Porém, aos Superiores, aos Chefes, a esses, cumpre tirar o maior proveito dos técnicos não lhes negando os meios precisos para bem poderem exercer a sua missão.

E a responsabilidade aumenta, note-se, com a categoria da empresa que mantém diplomados ao seu serviço. O mesmo é dizer, que, em Portugal, para os engenheiros-agrónomos, o Estado é, de longe, sem dúvida alguma, o maior responsável em lhes assegurar as condições de trabalho necessárias para deles se tirar o máximo rendimento; e, logo a seguir, a Organização Corporativa cuja intervenção poderá ser tanto mais eficaz e humana, neste particular, como em tantos outros, quanto mais se aproximar de um corporativismo de associação, como é desejo de Salazar, e não de um corporativismo de Estado.

Cabe, neste momento, enaltecer a esplêndida obra empreendida neste Instituto, que bem soube cumprir o seu dever. Melhoraram-se, e muito, as condições de trabalho, quer dos professores quer dos alunos.

Edifícios novos. Os antigos, mais bem aproveitados ou ampliados. Os laboratórios, enriquecidos não só de material didáctico mas também de investigação.

E a transformação que verifico nos terrenos da Tapada?! Que método, que são critério, que bom gosto, que beleza, em suma!

Magnífico monumento erigido para prestígio da agronomia nacional!

Seja-me permitido, pois, em parênteses, felicitar todos aqueles que ajudaram a erguê-lo na pessoa do muito distinto e dinâmico Director desta Escola.

Meus Senhores:

Seguindo o fio das minhas considerações afigura-se-me que o segundo grande direito do diplomado é o de encontrar assegurada a justa paga pelo seu trabalho.

Não creiam que me abalance a defender tabelas, eu, embora amante dos estudos de geometria, tão avesso a aceitar soluções geométricas para os nossos problemas sociais.

Vivemos numa era de nítidas tendências socialistas, quero dizer em que o Poder Central nos fascina e de tal modo, que, quase involuntariamente somos levados a desejar que o Estado, de funcionamento geométrico por excelência, nos venha a resolver todas as nossas dificuldades.

Quimera!

Neste particular, o exemplo que o Estado nos dá é de uma severa administração. Tão severa por vezes que dele se afastam alguns dos nossos maiores valores profissionais — se afastam ou se dispersam.

Não penso em tabelas nem neste momento no apoio sempre valioso e decisivo do Estado. Penso, sim, na necessidade de intensificarmos a educação da nossa juventude em moldes abertamente recristianizados, que lhe afirme o carácter e nos assegure a possibilidade de dispormos, amanhã, de um escol, cada vez mais numeroso, de dirigentes e de chefes de boa formação moral.

A eles e só a eles poderemos recorrer com segurança. Um homem cristão sabe que é obrigação grave pagar o justo salário a quem trabalha.

De uma sólida formação cristã, depende, pois, a resolução dos problemas fundamentais que estão na base das questões sociais da nossa época.

Em suma: para que vejamos, um dia, resolvido com mais equidade o problema das nossas remunerações, é indispensável, a meu ver, que, quem paga, tenha a noção exacta de que lhe cumpre pagar o que é justo.

Mas comportará, porventura, o rendimento da riqueza nacional a possibilidade de se promover a ambicionada ascensão do nosso nível de vida? Poder-se-á um dia pagar melhor ao agrónomo português?

O círculo vicioso que se desenha a meus olhos é de uma perfeita nitidez.

O rendimento da riqueza nacional só aumentará se trabalharmos, cada um de nós, mais e melhor — para trabalharmos mais e melhor é preciso assegurar a justa remuneração a quem trabalha — para se assegurar a justa remuneração a quem trabalha é necessário que aumente o rendimento da riqueza nacional.

Para quebrarmos este círculo vicioso, afigura-se-me que só no melhoramento das nossas condições de trabalho nos poderemos basear.

Trabalhar mais e melhor — eis a única solução lógica.

Um médico distintíssimo, de mais de 80 anos de idade, trabalhador incansável, que nunca conheceu restrições na sua actividade profissional, disse-me um dia: «O bem-estar do trabalhador português não depende dos horários de trabalho, da empírica limitação na duração do seu trabalho, mas sim dos horários de descanso, da necessidade de se lhe assegurar as horas precisas para o seu repouso».

Belo conceito!

Tem sentido económico, tem interesse higiénico, tem fundamento moral.

Ao fim e ao cabo, na base dos nossos problemas económicos encontra-se sempre o problema da educação.

Terão todos, de facto, consciência disto?

Os minutos passam e não tenho o direito de abusar da paciência de V. Ex.^{as}.

Encontro-me num estabelecimento de ensino. Por todos é assim considerado. Pois bem, como conclusão destas minhas divagações, atrevo-me a dizer que este Instituto e bem assim todas as demais Escolas de Ensino Superior do nosso país, devem ter a preocupação máxima de ser, acima de tudo, estabelecimentos de educação.

Para tanto, o exemplo dos professores é factor primordial na função educativa da Escola.

Seja-me, pois, permitido, que, nesta Casa, e por ocasião das comemorações do 1.º centenário da instituição do ensino superior agrícola em Portugal, eu recorde alguns nomes dos meus professores, já falecidos, figuras sem mancha, que por isso se impuseram à admiração,

ao respeito e à consideração dos seus alunos que sinceramente os estimavam:

D. António Xavier Pereira Coutinho,
Filipe Eduardo de Almeida Figueiredo,
Bernardino Camilo Cincinnato da Costa,
D. Luís de Castro, Conde de Nova Goa,
Luís Rebello da Silva,
Joaquim da Assumpção Rasteiro.

Inclino-me em veneração respeitosa perante a sua memória, sumamente reconhecido pela decisiva influência que sobre mim exerceram.

Foram grandes no exemplo que nos deram como Homens, quer na sua vida privada quer na sua vida pública. Educadores, sem o ar de o serem, pela afabilidade do seu trato, pela fidalga correcção das suas maneiras, pela seriedade da sua conduta. Modelares como Professores, pela elevação que davam aos seus cursos, como Joaquim Rasteiro e Rebello da Silva, pela clareza e precisão das suas lições, como Pereira Coutinho e Filipe de Figueiredo, pelo brilhantismo das suas exposições, como Cincinnato da Costa e D. Luís de Castro — todos, grandes pela sua devoção ao ensino, pelo seu saber, pelos seus estudos, pelos seus escritos, pelas suas conferências.

Se têm responsabilidade aqueles que lhes sucederam, grande honra é igualmente fazerem parte do Corpo Docente de uma Instituição com tão notáveis tradições.

Por isso, ao Corpo Docente deste Instituto, dirijo, ao terminar, as minhas mais efusivas saudações, certo de que os catedráticos desta Escola querem e sabem ser os dignos continuadores de tão prestimosas figuras de Professores e de Educadores!

